

Como as intervenções
arquitetônicas mudaram
os espaços históricos do Muro
de Berlim
SYBILLE FRANK

Memoria Abierta: Topografia de
la Memoria
GONZALO CONTE

“Em casa com o passado”: 97
Orchard Street e o Tenement
Museum
DAVID FAVALORO

Intervenções arquitetônicas:
impactos urbanos
BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

Patrimônio Cultural e a
dimensão metropolitana
SARAH FELDMAN

Lugares de memória difícil: as
medidas da lembrança e
do esquecimento
RENATO CYMBALISTA

Memória e espaço
FRAYA FREHSE

Um dos pressupostos fundamentais deste livro é o de que não há cidade ou espaço urbano dado de antemão, mas apenas aqueles que surgem das diversas construções analíticas e disciplinares. As ciências humanas constroem – e não simplesmente encontram – seus objetos. Nessa perspectiva, em que a cidade é algo indefinível, o esforço é o de avançar nas explicitações das aproximações e distanciamentos que cada área, cada recorte teórico-conceitual e cada objeto acabam produzindo sobre a cidade. Categorias como bairros, formas e usos do espaço, vida cotidiana, trabalho, patrimônio, memória, passado e futuro podem ser mobilizadas de forma a fomentar uma reflexão sobre intervenções possíveis e registros necessários.

Cymbalista, Feldman, Kühl (orgs.)

PATRIMÔNIO CULTURAL



PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

Renato Cymbalista Sarah Feldman Beatriz M. Kühl
organizadores



Tudo o que é sólido se sublima
no ar: políticas públicas e
gestão do patrimônio
PAULO PEIXOTO

Patrimônio de quem? Cidade de
quem? Dilemas sociais do
patrimônio cultural na
dimensão urbana
SHARON ZUKIN

A obsessão com a memória: O
que isso faz conosco e com
as nossas cidades?
TALI HATUKA

Caminhando pelo passado
dos outros
GABI DOLFF-BONEKÄMPER

Santiago de Chile visto a través
de espejos negros: la memoria
pública sobre la violencia
política del periodo 1970-1991,
en una ciudad fragmentada
CAROLINA AGUILERA

Infraestructura cultural
desigual: retos para la inclusión
en los museos de la Ciudad
de México
ANA ROSAS MANTECÓN

A cidade à escala da rua: usos e
significados do passado na
afirmação de ‘tradições’
locais urbanas
GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO

PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

PATRIMÔNIO CULTURAL

MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

Renato Cymbalista Sarah Feldman Beatriz M. Kühl
organizadores



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

PATRIMÔNIO CULTURAL: MEMÓRIA E INTERVENÇÕES URBANAS

Diagramação e capa
Ivan Matuck Ponte

Foto de capa
Carolina Aguilera
Cemitério Geral de Santiago do Chile
8 de setembro de 2013

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Arquitetura, Urbanismo e Políticas Urbanas
Conselho Científico
Carlos Antônio Brandão
Carlos Fortuna
Giuseppe Cocco
Jeroen Klink
Joana Mello (coordenadora)
Mario Henrique D'Agostino
Maria Irene Szmrecsanyi (coordenadora)
Rosana Denaldi (coordenadora)

1ª edição: fevereiro de 2017

© Renato Cymbalista | Sarah Feldman | Beatriz Mugayar Kühl

Annablume Editora
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554, Pinheiros
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil
Televidas: (11) 3539-0225 – Tel.: (11) 3539-0226
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PARTE I – POSICIONAMENTOS	13
TUDO O QUE É SÓLIDO SE SUBLIMA NO AR: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO <i>Paulo Peixoto</i>	15
PATRIMÔNIO DE QUEM? CIDADE DE QUEM? DILEMAS SOCIAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA DIMENSÃO URBANA <i>Sharon Zukin</i>	25
A OBSESSÃO COM A MEMÓRIA: O QUE ISSO FAZ CONOSCO E COM AS NOSSAS CIDADES? <i>Tali Hatuka</i>	47
CAMINHANDO PELO PASSADO DOS OUTROS <i>Gabi Dolff-Bonekämper</i>	61
SANTIAGO DE CHILE VISTO A TRAVÉS DE ESPEJOS NEGROS: LA MEMORIA PÚBLICA SOBRE LA VIOLENCIA POLÍTICA DEL PERIODO 1970-1991, EN UNA CIUDAD FRAGMENTADA <i>Carolina Aguilera</i>	89

INFRAESTRUTURA CULTURAL DESIGUAL: RETOS PARA LA INCLUSIÓN EN LOS MUSEOS DE LA CIUDAD DE MÉXICO <i>Ana Rosas Mantecón</i>	113
A CIDADE À ESCALA DA RUA: USOS E SIGNIFICADOS DO PASSADO NA AFIRMAÇÃO DE ‘TRADIÇÕES’ LOCAIS URBANAS <i>Graça Índias Cordeiro</i>	133
COMO AS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS MUDARAM OS ESPAÇOS HISTÓRICOS DO MURO DE BERLIM <i>Sybillie Frank</i>	155
MEMORIA ABIERTA: TOPOGRAFÍA DE LA MEMORIA <i>Gonzalo Conte</i>	173
“EM CASA COM O PASSADO”: 97 ORCHARD STREET E O TENEMENT MUSEUM <i>David Favalaro</i>	201
PARTE II – RESSONÂNCIAS	213
INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS: IMPACTOS URBANOS <i>Beatriz Mugayar Kühl</i>	215
PATRIMÔNIO CULTURAL E A DIMENSÃO METROPOLITANA <i>Sarah Feldman</i>	225
LUGARES DE MEMÓRIA DIFÍCIL: AS MEDIDAS DA LEMBRANÇA E DO ESQUECIMENTO <i>Renato Cymbalista</i>	231
MEMÓRIA E ESPAÇO <i>Fraya Frehse</i>	237
SOBRE OS AUTORES	243

TUDO O QUE É SÓLIDO SE SUBLIMA NO AR: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO

PAULO PEIXOTO

A CULTURA DO IMATERIAL

Num vôo rasante sobre o século XX e sobre as principais dinâmicas e acontecimentos que o antecederam e atravessaram, pode resumir-se a história dos processos de patrimonialização a algumas tendências marcantes. Este exercício é suficiente para a discussão e o argumento central que enquadram meu argumento. Nesse exercício muito simplificado, a história do patrimônio fica marcada pela monumentalização, pela celebração das civilizações e das identidades triunfantes nos processos de colonização e pela emergência de uma indústria patrimonial promovida pelos Estados hegemônicos e, mais tarde, pelas agências multilaterais (como, por exemplo, a Unesco, o Icomos e o Conselho da Europa). Este patrimônio, que resulta das forças motrizes da colonização levada a cabo pelos europeus, é também, e particularmente, filho de duas Guerras Mundiais, do sofrimento que elas causaram e da evidência do grau de exposição ao risco de desaparecimento súbito. É, nessa perspectiva, um patrimônio que é a expressão do luto resultante do sentimento de perda repentina e lancinante. Com o aproximar do fim do século XX, as representações patrimoniais ficaram menos circunscritas à monumentalidade, ao nacionalismo e às hegemonias. O local, o comunitário, a natureza, as expressões das minorias e o intangível ganham relevância nas representações, nas categorias e nas políticas patrimoniais.¹ Este patrimônio de transição de séculos é um patrimônio globalizado e tem uma ligação mais forte às políticas públicas urbanas, se caracterizando pela empresarialização das políticas locais de governação, pela relação íntima com os hábitos quotidianos de lazer e de consumo cultural e

1. Para uma análise mais detalhada deste processo e da relação histórica entre processos de patrimonialização e a construção de hegemonias ver Santos e Peixoto, 2013.

pela imbricação com uma indústria turística mais segmentada que se estrutura na chamada economia das experiências (Peixoto, 2013).

O título que enquadra este texto parte, de forma ensaística e problematizante, do postulado de Karl Marx expresso no Manifesto Comunista. Até certo ponto, a tese em que me baseio, olhando para as políticas públicas de gestão do patrimônio, confirma o “tudo o que é sólido se desmancha no ar” do pensador alemão. Isso, fundamentalmente, na medida em que o campo patrimonial conheceu, também ele, ao longo do século XX, processos nítidos de dessacralização e de mercadorização, em um contexto de perversão progressiva dos *usos nobres* consagrados aos bens patrimoniais. Mas é um título que pretende acrescentar uma outra dimensão a essa tese, sendo que é para esta segunda dimensão que o texto se orienta predominantemente.

Sustento aqui que a prevalecente cultura do imaterial em que o patrimônio entrou decisivamente, simbolizada na imaterialidade do ar que tudo desmancha, é uma condição fundamental de renovação, de sobrevivência e de afirmação dos patrimônios. Ao se desmanchar no ar, o patrimônio vai encontrando na radicalização da diferença e nos fenômenos de escalada suas bases de sobrevivência e a cultura do imaterial enquadra esse processo. O que significa que a cultura do imaterial é hoje, nas sociedades em que vivemos, a condição fundamental da elevação do material (sobretudo do não monumental) à condição patrimonial, bem como da promoção da diversidade de usos sociais associados àquilo que chamamos patrimônio. Na linguagem de Marx, poder-se-ia dizer que é a cultura do imaterial que consagra o fetiche da mercadoria, uma vez que a dimensão material torna a mercadoria igual a tantas outras. Daí que uma tradução menos figurada do título de que parto pudesse converter-se na fórmula “tudo o que é material se depura, se magnifica e é inovado através do imaterial”.

O mundo – enquadrado pelo lucro, onde tudo é vendável, que desmancha tudo o que é sólido – é recorrentemente confrontado com a tese, genericamente sustentada por todas as ciências sociais, da *desmaterialização da economia*. A *cultura do imaterial*, que se apresenta como uma espécie de consequência inevitável das autopistas da informação se apresenta, também ela, como uma realidade incontornável. Juntas, as ideias de desmaterialização da economia e de cultura imaterial concorrem para sustentar a tese da desmaterialização crescente das transações sociais. A questão essencial a colocar à retórica que envolve a cultura do imaterial é a de saber até que ponto essa tese não transporta consigo uma forte ideologia? Até que ponto, por outras palavras, não estamos, sob diversas formas, a enfrentar uma inédita materialização das relações sociais, ao mesmo tempo que essa materialização parece estar a diluir-se?

Na perspectiva que adoto, a cultura do imaterial está a impor-se em nossas sociedades e em nossas vidas, e particularmente no campo da gestão do patrimônio, pelo seu potencial de manipulação dos objetos materiais e pela agenda política que permite materializar. O que significa que a materialização das relações sociais se não é mais intensa do que sempre foi é, pelo menos, muito mais sutil. Nessa medida, as políticas públicas de gestão do patrimônio nem sempre revelam o contexto político que as envolve. O material da imaterialidade ou está miniaturizado, ou é fugaz, ou assume múltiplas formas (que, por serem diversas e mutantes, são menos controláveis), o que faz com que ganhe uma certa invisibilidade e que não evidencie sua carga política.

A lógica da produção e de gestão do patrimônio está a ser comandada pela cultura do imaterial porque, em um mundo em que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, tudo precisa ser destruído, uma vez que a destruição se constitui como a força motriz do sistema. O que parece inverossímil e paradoxal é que até aquilo que é mais sólido e imutável, como o patrimônio, esteja sujeito a este processo. O que pretendo argumentar é, precisamente, que a cultura do imaterial vem dar ao patrimônio uma plasticidade que ele, na matriz da sua origem material, não tem. O *fétiche* do patrimônio resulta também, cada vez mais, desta plasticidade. A cultura do imaterial refaz a ordem das hierarquias patrimoniais, e das hierarquias do mercado da autenticidade, ao mesmo tempo que, promovendo lógicas transgressoras, permite que, pelo menos em aparência, do velho se faça novo. Os modos e o grau com que isso acontece justificam que um dos desafios atuais do estudo dos processos de patrimonialização seja o de revelar a materialidade do imaterial e as estratégias que lhe subjazem.

O IMATERIAL ENQUANTO ESPÍRITO DO NOVO CAPITALISMO

Os gurus da economia e os discursos da mídia não se cansam de falar na “desmaterialização da economia” e de a apresentar como a saída óbvia da crise. A economia do imaterial parece ser a pedra de toque não só das empresas, mas também das políticas públicas, incluindo a gestão do patrimônio. Nesse contexto, as lógicas de empresarialização de todas as formas de gestão, incluindo a pública, incorporam cada vez mais a retórica dos “ativos imateriais”: a cultura, o talento e a criatividade dos indivíduos, os saberes e os costumes, as ideias, os sistemas de organização, a marca ou o *ethos* identitário, entre outros. O que antes era objeto de estudo e campo do antropólogo e do sociólogo é agora também, e cada vez mais, objeto e campo do administrador e do publicitário.

Neste contexto, as políticas públicas de gestão do patrimônio estão a arrastar o patrimônio do campo do vivido para o campo do representado e do performativo, com as comunidades supostamente detentoras dos bens a serem frequentemente colocadas em uma posição de externalidade. Sintomaticamente, isso parece ser ainda mais evidente no domínio das novas categorias patrimoniais, como o atesta a crítica de Chiara Bortolotto (2011) à categoria de patrimônio cultural imaterial. Para a antropóloga italiana é recorrente que as festas e os rituais se convertam em espetáculo e marcas comerciais, que as manifestações vivas da cultura popular se convertam em mercadoria e em fetiche e que os diversos gestos sociais deem lugar a uma gestão profissional.

Estes “ativos imateriais”, que sustentam a cultura do imaterial, não são apenas a nova fonte de criação de riqueza nas empresas e na economia.² Eles percorrem também o campo dos estudos urbanos e patrimoniais, se consubstanciando na metalinguagem das “cidades criativas”, que transporta esses ideais e os eleva à condição de recursos vitais. Estando também presentes na filosofia da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, que releva a importância dos saberes, dos modos de fazer, das formas de expressão, das celebrações, das festas e danças populares, das lendas, das músicas, dos costumes e de outras tradições.

Os “ativos imateriais” estão na base do aparecimento de novas formas de economia e do desenvolvimento de novas formas de gestão, que têm vindo a se tornar particularmente evidentes no campo da gestão do patrimônio. Essas novas formas de economia se pautam pelo princípio que aquilo que os consumidores procuram já não é apenas a aquisição de um bem ou objeto, mas sim, sobretudo, as possibilidades de uso interativo que esse bem ou objeto permite. Mas isso significa que a componente funcional se torna menos importante que as componentes simbólica e imaginária. Designadamente porque essas componentes simbólica e imaginária são a base de uma relação duradoura com os consumidores. Nessas novas formas de economia, a venda não é o fim da relação comercial, mas tão só o início que abre caminho a novas e frequentes transações.³

2. Os arautos dos ativos imateriais estimam que 50% a 80% do valor das empresas e da riqueza produzida provenham dos fatores imateriais.

3. Ironicamente, sobretudo no domínio do consumo quotidiano, quanto mais imaterial é aquilo que compramos maior é a nossa dependência eterna, enquanto consumidores, em relação às transações efetuadas. O imaterial nos impede de compreender, pelo menos em um primeiro momento, os rituais e os mecanismos materiais que sustentam as transações. Só com o tempo, à medida que nos pedem para pagarmos licenças de atualização, contratos de assistência, que vamos dando conta que fomos fichados por uma empresa que partilhou nossos dados com outras, ou que substituímos o deslumbramento do uso gratuito de aplicativos móveis pela angústia de nos darmos conta que todos os nossos movimentos são controlados, somos capazes de nos inteirar desses rituais e mecanismos. O dinheiro virtual do cartão de crédito, que revela toda a sua materialidade em situações de risco de inadimplência, é um exemplo igualmente ilustrativo que podemos

As novas formas de economia correspondem, *lato sensu*, à chamada economia das experiências (Pine II e Gilmore, 1999; Sundbo e Darmer, 2008; Chadel e Minvielle, 2009; Peixoto, 2013), que invade todas as esferas, impondo novas formas de consumo, e que se caracteriza por retirar os consumidores de um papel de fruição passiva para contextos de interação e de participação ativa com os bens consumidos, bem como por colocar em primeiro plano o “sentir” e o “fazer” e não tanto o “ver” e o “ouvir”. Este fenômeno, que leva os novos profissionais do patrimônio a desviá-lo do campo da educação e das instituições culturais para o campo do lazer e do consumo, se estende dos museus às práticas quotidianas. O imaterial, enquanto espírito do novo capitalismo, empurra as empresas e as cidades para novas formas de produzir, de distribuir e de consumir os bens e produtos, encarando tudo aquilo que pode gerar valor como um recurso econômico potencial. O desafio é garantir a singularidade e o que pode fazer a singularidade das cidades é uma combinação única de ativos materiais. Daí que as logomarcas e o *marketing* urbano, que encaram o patrimônio como um recurso, sejam hoje instrumentos incontornáveis das políticas de gestão do patrimônio.

O valor estratégico dos ativos imateriais se estende por duas dimensões. Por um lado, os ativos imateriais reforçam a competitividade dos lugares. Por outro lado, eles têm a característica de ser dificilmente copiáveis, o que representa uma vantagem em cenários de competição global onde qualquer modelo de desenvolvimento bem sucedido é facilmente copiável e transposto para outro lugar e onde o material parece ser cada vez mais fácil de clonar. Enquanto espírito do novo capitalismo, o imaterial permite temporalizar o espaço. Ou seja, permite criar diferentes sentidos de tempo que abrem caminho às representações exacerbadas do espaço que cada vez mais alimentam as políticas de gestão do patrimônio, desmanchando, dessa forma, o sólido no ar. Nessa medida abre caminho a uma carnavalização do quotidiano, que está cada vez menos circunscrita a temporalidades pré fixadas e que depende cada vez mais de vontades individuais. A cultura do imaterial permite que o patrimônio cumpra esse seu desígnio moderno de funcionar cada vez mais como meio através do qual os sentidos de tempo criam sentidos de lugar (Ashworth e Graham, 2005).

Se o patrimônio já foi, sobretudo através da monumentalização, ou da consagração de um único tipo de patrimônio (como o patrimônio colonial, por exemplo) um instrumento de inculcação de um relato hegemônico, a cultura do imaterial parece favorecer, em seu desígnio pós-moderno, a diversidade de relatos. Mas favorece, sobretudo, os relatos consumíveis. A cultura do imate-

retirar do quotidiano das economias desmaterializadas. Por isso se torna necessário questionar até que ponto a retórica da desmaterialização da economia não está divorciada da realidade.

rial enche a sociedade de relatos que dialogam entre si, que se hibridizam continuamente. As pessoas já não querem seguir um único relato. Preferem a busca na diversidade e a oportunidade de traçar suas trajetórias (Canclini, 2012).

Mais do que no tempo de Magritte é necessário questionar as percepções pré-condicionadas da realidade e descobrir a traição das imagens. Parecemos viver cada vez mais em sociedades do “Isto não é...”, como bem o exemplificam as tendências de disneyzação e de tematização promovidas pelas políticas de gestão do patrimônio. O “isto não é...” é uma forma de desmanchar o que é sólido, seja escondendo a materialidade que alimenta as forças hegemônicas, seja através da imposição de uma materialidade *trompe-l'oeil*; uma materialidade insinuante que é deliberadamente enganadora de modo a criar ilusões óticas que funcionem enquanto portas de entrada para o simbólico e o imaginário⁴. E, evidentemente, para o consumo. É precisamente por isso que a cultura do consumo e a cultura visual se tornam cada vez mais indistintas. Os efeitos de escalada que parecem alimentar as políticas de gestão do patrimônio resultam da necessidade de garantir uma inovação que seja cada vez mais insinuante, exemplar e arrebatadora. Daí a importância dos “ativos imateriais”. Ainda que tudo, e não apenas a obra de arte, tenha entrado na “era da sua reprodutibilidade técnica”, copiar uma reputação, as características das relações sociais locais, ou copiar uma cultura se apresenta como uma tarefa impossível. Ou será que não? Será que até o imaterial (o não sólido) se pode rarefazer ainda mais no ar?

DA COLONIZAÇÃO À CLONIZAÇÃO. AS NOVAS FRONTEIRAS DO MATERIAL?

A colonização, quer a concretizada pelos europeus ocidentais, quer a contemporânea, junto com a ocupação militar se tornaram os processos mais elaborados de apropriação do patrimônio de outras culturas e povos (Cfr. Sjorslev, 2008). Porém, na era da reprodutibilidade técnica, muitas culturas e povos têm hoje de se agarrar a seu “patrimônio imaterial” para sublimar um patrimônio material ameaçado pelos ares dos tempos. Hoje, é a clonização que parece se tornar, pelo menos no plano simbólico, a mais séria das ameaças de apropriação indevida dos patrimônios de outras culturas e povos e que parece ser capaz de destruir o caráter sagrado e indistinto que aparentemente protegia esses patrimônios.

4. O que tanto é verdade no campo da arquitetura, quando as coisas são feitas de raiz assumindo uma forma para parecer o que não são. Como é verdade no campo da reabilitação do patrimônio, quando a velha fábrica afinal é um restaurante ou um centro cultural. A desconexão entre a forma e a função se constitui como uma das bases fundadoras da cultura do “Isto não é...”.

Em seu livro “Cópias originais: mimetismo arquitetônico na China contemporânea”, Bianca Bosker (2013) retrata o mais florescente movimento arquitetônico chinês, que se caracteriza pela construção de comunidades que replicam vilas e cidades do ocidente. Bosker enfatiza que não se trata de parques temáticos, mas sim de comunidades prósperas onde famílias chinesas refazem suas vidas, educam suas crianças e simulam experiências de modos de vida que julgam existir a milhares de quilômetros. Embora esta visão do fenômeno não seja consensual (*Cfr.* Pelletier, 2012; Carlson, 2012; Shepherd, 2013), o que é verdade é que o fenômeno existe, assumindo dimensões sem precedentes.

É conhecido o ancestral gosto chinês pela cópia. Desde a primeira dinastia chinesa, existe a tradição de, a seguir à conquista, como forma de afirmação de um poder hegemônico, se fazerem réplicas dos bens mais significativos das culturas e dos povos conquistados (Carlson, 2012). Essas réplicas sempre foram encaradas como os mais importantes despojos de guerra podendo se estabelecer uma analogia com os museus ocidentais resultantes da ocupação colonial.

Mas o que se passa atualmente na China no domínio da replicação inusitada de bens patrimoniais do ocidente, embora o fenômeno não possa ser exclusivamente encarado nessa perspectiva, não pode deixar de ser visto como uma componente da hegemonia que a China vem afirmando no mundo. Ou seja, a cultura da clonagem não deixa de representar um tipo de triunfalismo. Se esse tipo de triunfalismo é ou pode ser mais perigoso que o colonialismo ocidental depende muito da nossa posição no mundo. A realidade é que, no campo da arquitetura, os chineses vêm copiando vários edifícios e paisagens. Primeiro, se baseando, em edifícios singulares, seguindo uma lógica de miniaturização e de criação de parques temáticos. Mais recentemente recriando ruas, bairros e cidades, enquadrando essas construções em estratégias residenciais. Em rigor, entramos numa nova dimensão no domínio das políticas públicas de gestão do patrimônio.

Dos ‘Campos Elísios franceses’, com a sua Torre Eiffel, em Tianducheng na província de Hangzhou, ao complexo residencial de Chengdu, que mimetiza Dorchester, na Inglaterra, passando pela ‘Thames Town’ de Shanghai (destinada a receber 10 mil residentes), a ‘cidade escandinava’ de Luodian, a ‘cidade alemã’ de Antig (projetada para 50 mil residentes), a ‘cidade holandesa’ de Gaoqiao, a ‘cidade italiana’ de Pujiang, a ‘cidade norte americana’ de Bao (ou a de Fengjing, ou a de Zhoupu), a ‘cidade espanhola’ de Fengcheng, sem esquecer a paisagem de Manhattan, em Tianjin, os promotores imobiliários e turísticos chineses replicam hoje, em larga escala, vários lugares e comunidades do ocidente.

A Paris chinesa com várias dezenas de imóveis “haussmanianos”, situados ao longo dos “Campos Elísios”, foi construída para receber 100 mil residentes. Com arrendamentos de R\$ 1500 por mês, por apartamentos de 300 m², com opções de estilos de vida europeus e com vistas para as vinhas, como em Montmartre, ou para Versailles, é hoje uma das cidades fantasmas chinesas (Kehr, 2013). Tal como a “pequena Paris” muitas destas cidades em cima referidas estão vazias. São cidades fantasmas. Mesmo Antiga, a ‘cidade alemã’, que tem atualmente cerca de 10 mil habitantes, e que é das que mais escapa a esse efeito de abandono, não tem uma taxa de ocupação superior a 20%.

O projeto mais ambicioso é, sem dúvida, o que se baseou no plano “Uma cidade, 9 vilas”, que erigiu 9 cidades temáticas em torno de Shangai. Mas o projeto mais polêmico é a clonagem de Hallstatt, uma vila austríaca, de 900 habitantes, que é patrimônio mundial da UNESCO e que recebe cerca de 80 mil turistas por ano. Este último caso, por se tratar de uma réplica à mesma escala e por envolver uma cidade tombada pela UNESCO tem vindo a levantar questões em torno da legitimidade para copiar outras cidades e também em torno do direito das cidades copiadas em interditar a cópia.

A questão que se coloca se prende com o fato de o patrimônio estar a ser convocado, no âmbito destas estratégias imobiliárias, para responder a vários desafios das cidades chinesas. Benjamin Pelletier (2012), atribui o fenômeno de produção de cópias a três fatores que se cruzam entre si. A necessidade de planejamento urbano (em concreto, a necessidade de descongestionar Shangai), a especulação imobiliária (que explica a baixa taxa de ocupação dos edifícios) e a projeção imaginária (que se concretiza pela junção de clichês das cidades típicas europeias).

As ficções patrimoniais chinesas estão também muito ligadas à cultura do consumo, do turismo e do lazer (pontificando em várias delas a indústria da organização de casamentos). Não deixa de ser curioso que as imagens patrimonialistas, ao mesmo tempo que estão a servir para difundir padrões de vida de outras civilizações, estejam a ser convocadas para funcionar como um fator de diferenciação e de rotura com o passado, numa sociedade que se transforma repentinamente de rural em urbana e que pretende dar uma outra imagem de si.

NOTAS FINAIS

O patrimônio nos revela o mundo como ele é. Reconhecer esta premissa significa que o patrimônio tem mais a ver com nosso presente e com nosso futuro

do que com nosso passado. Mas significa também enfatizar a dimensão política dos processos de patrimonialização. Como procuramos demonstrar, as categorias patrimoniais e os processos de patrimonialização acompanham em pleno as dinâmicas de virtualização e de desmaterialização que caracterizam os processos sociais e econômicos e, sob diversas formas, estão ligados a processos de configuração de poderes hegemônicos. Nessa medida, participam de um processo de visibilização exacerbada de uma imaterialidade que dissimula as lógicas materiais em que repousam as formas de poder.

Até que ponto a materialidade das novas ficções urbanas chinesas pode ser vista, em um país que se desenvolve vertiginosamente e que se transforma de civilização rural em civilização urbana, como instrumento de promoção da cultura do consumo e como uma espécie de enobrecimento ou de gentrificação? Ou seja, até que ponto os cenários urbanos apoiados na difusão de modos de vida baseados em uma autenticidade encenada pode ser visto como uma forma de criar modelos de urbanidade e protótipos comportamentais e cívicos que deem à China e ao mundo uma outra visão dos chineses? E até que ponto isso é diferente de processos que conhecemos no ocidente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHWORTH, G. J., e GRAHAM, B. (2005). Senses of place, senses of time and heritage. In G. J. Ashworth, e B. Graham, *Senses of place: Senses of time* [Orgs.] (pp. 3-12). Aldershot: Ashgate.

BORTOLOTTI, C. [Org.] (2011). *Le Patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

BOSKER, B. (2013). *Original Copies: Architectural Mimicry in Contemporary China*. Honolulu: University of Hawaii Press.

CANCLINI, N. G. (2012). *A sociedade sem relato - Antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp.

CARLSON, J. (2012). China's Copycat Cities. The People's Republic is building life-size European villages, but not for the reasons you think. *Foreign Policy*, edição de 29 de novembro. Consultado em 28 de junho de 2013, disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/11/29/chinas_imperial_plagiarism?page=0,0

CHADEL, R., e MINVIELLE, N. (2009). Le rôle du design dans l'expérience client. *EHLITE - The Magazine of the École Hôtelière de Lausanne*, 26, 26-31.

KEHR, A. (2013). China has a Fake Paris, and it's a Ghost Town. Consultado em 30 de julho de 2013, disponível em <http://www.nextventured.com/2013/china-fake-paris/>

PEIXOTO, P. (2013). A cidade performativa na era da economia as experiências. In C. Fortuna, L. M. Bógus, e M. A. Corá, *Cidade e espetáculo - a cena teatral luso-brasileira contemporânea* (pp. 141-151). São Paulo: EDUC.

PELLETIER, B. (2012). Quand les Chinois copient les villes européennes. *Gestion des Risques Interculturels*. Consultado em 27 de junho de 2013, disponível em <http://gestion-des-risques-interculturels.com/pays/asia-pays/chine/quand-les-chinois-copient-les-villes-europeennes/>

PINE II, B. J., e GILMORE, J. H. (1999). *The Experience Economy. Work is Theatre & Every Business a Stage*. Boston: Harvard Business School Press.

SANTOS, M. S., e PEIXOTO, P. (2013). Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura. In G. Pontes [Org.], *Cultura, memória e poder*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

SHEPHERD, R. J., e YU, L. (2013). *Heritage Management, Tourism, and Governance in China - Managing the Past to Serve the Present*. Nova Iorque: Springer.

SJORSLEV, I. (2008). Relations in Times of Global Exchange - The challenges of repatriation and intangible cultural heritage. In M. Gabriel, & J. Dahl, *Utimit: Past heritage . Future partnerships* (pp. 168-178). Copenhaga: IWGIA/NKA.

SUNDBO, J., e DARMER, P. [Orgs.] (2008). *Creating experiences in the experience economy. Services, Economy and Innovation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.